

O GOVERNO LULA E A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

● Nelson Cardoso do Amaral

Professor do Instituto de Física da UFG

A discussão sobre a reforma da educação superior no Governo Lula deveria estar facilitada pela existência de intensas discussões ao longo das campanhas eleitorais que ele disputou e pela concretização do Programa *Uma Escola do Tamanho do Brasil* na eleição em que ele se tornou, finalmente, vitorioso. Esperava-se, portanto, que o Governo promovesse ações, através do MEC, no sentido de implementar as propostas que estavam ali previstas. Se assim realmente ocorresse, uma primeira medida a ser implementada seria a de se promover a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE), promovidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Seria preciso, ainda, implementar uma verdadeira autonomia de gestão financeira para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que propiciasse condições para as instituições planejarem suas ações e estabelecerem metas de expansão a serem cumpridas. Seria ainda necessário efetivar um consistente sistema de regulação das instituições privadas que tiveram nos anos de 1990 uma expansão jamais vista na história da educação superior brasileira.

Entretanto, parece que esse não foi o caminho escolhido pelo novo Governo.

No período em que o MEC esteve sob o comando de Cristóvam Buarque, a ação mais visível em relação à educação superior foi a instalação da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), presidida pelo professor José Dias Sobrinho, da Unicamp, encarregada de propor uma política para a avaliação das instituições. Como resultado desse trabalho, após modificações importantes na

proposta da CEA, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

O MEC, sob o comando de Tarso Genro, implementou o Programa Universidade para Todos (ProUni). Esse programa se destina à concessão de bolsas de estudo para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A partir daí, o MEC abriu também uma ampla discussão sobre cotas étnicas e sociais nas instituições públicas, e apresentou, em dezembro de 2004, uma proposta para a reforma da Educação Superior. Ao assumir a pasta, o ministro Fernando Haddad implementou um plano de expansão das IFES em diversos locais do país.

A proposta de Reforma da Educação Superior foi debatida pela sociedade brasileira e muitas versões e contribuições foram apresentadas. No entanto, encontra-se ainda à espera de acertos governamentais, dentro da área econômica, para ser encaminhada ao Congresso Nacional. Pode-se afirmar que o cerne de toda a discussão esteve na tríade autonomia-avaliação/regulação-financiamento. Para as instituições públicas, a vertente autonomia e financiamento são os pontos mais fortes, e para as instituições privadas é a vertente avaliação e financiamento, ou mais especificamente, a regulação pelo Estado e a crise provocada pela impossibilidade do pagamento de mensalidades pelas famílias brasileiras – devido à enorme desigualdade social brasileira.

Tema sempre recorrente quando se discute a autonomia universitária, o financiamento das instituições vem, ao longo dos anos, sendo um ponto-chave em que não há concordância entre os diversos setores envolvidos: governo, sindicatos, dirigentes, comunidade universitária e sociedade.

A mercantilização exacerbada que está se instalando no interior das instituições públicas é um ponto a ser seriamente debatido e analisado nas esferas de decisão governamental. Ela traz o perigo de essas instituições perderem as condições para desempenharem o seu mais importante papel, estabelecido na LDB e no PNE e reconhecido pelo Programa *Uma Escola do Tamanho do Brasil*: realizar pesquisa, oferecer programas de pós-graduação e desenvolver ações que permitam uma expansão que procure absorver alunos carentes e aluno-trabalhador em cursos noturnos.

A redução dos recursos originários do fundo público estaria levando as instituições públicas a agirem como integrantes do *quase-mercado* educacional. Elas estariam atuando, via fundações privadas de apoio institucional, sobretudo na mercantilização da prestação de serviços, como forma de complementar os recursos necessários à própria manutenção, além de minorar a penúria produzida e ampliada a cada ano pelo quase congelamento salarial.

Muitos dirigentes, professores e servidores técnico-administrativos têm sido forçados a adotar essa postura para tentar garantir a sobrevivência institucional. É claro que o seguimento das normas impostas pelo *quase-mercado* tende, a cada dia que passa, a ser encarado como *natural* por muitos, dentro e fora das instituições, como se não houvesse, de fato, alternativa possível. A eficácia das condições materiais como determinante da mudança da consciência, mesmo entre intelectuais altamente qualificados, já tem sido largamente demonstrada por estudos sociológicos ao longo da história, de Marx a Bourdieu...

No caso específico das IFES, os valores de outras despesas correntes e investimentos originários do Tesouro Nacional demonstraram grande instabilidade e insuficiência durante tantos anos, que nos leva a algumas perguntas intrigantes: como as instituições conseguiram expandir suas atividades nesse período? Como obtiveram recursos para a aquisição de equipamentos de laboratórios e atualização de seu parque de informática? Afinal, como sobreviveram?

Não existe uma resposta precisa para tais questões; podemos apenas fazer alusões a algumas possíveis explicações. Em alguns momentos, aliados políticos dos governantes angariavam recursos para as IFES de suas regiões; em outros, a própria instituição conseguia convênios e contratos intermediados por fundações de direito privado que apóiam as instituições, e cujas execuções orçamentárias não fluem mediante a execução orçamentária institucional. Esse movimento iniciou-se mais fortemente no ambiente de competição instalado em 1990, no governo Collor. Entretanto, no governo FHC, tal atitude foi incentivada e ganhou dimensões maiores, sobretudo pelo estancamento, a partir de 1995, do *subterfúgio* de se aplicar recursos excedentes de pessoal para gerar recursos próprios a partir de ganhos inflacionários, obtidos no mercado financeiro. Esse foi um mecanismo que propiciou, em muitos aspectos institucionais, a continuidade das atividades de ensino e de pesquisa.

Podemos inferir desses fatos que no governo FHC não sobrou outra saída às IFES senão investirem em ações do *quase-mercado*, em busca de recursos para a sua sobrevivência. Passaram a atuar através de convênios e contratos com fundações de apoio, abrindo cursos de especialização e de extensão que cobram taxas dos alunos; também oferecendo assessorias, consultorias e prestando os mais diversos serviços laboratoriais etc. Estariam as instituições imersas no dilema “Universidade ou empresa de consultoria e serviços?” com todas as conseqüências negativas desse fato, como nos chama a atenção Valdemar Sguissardi, da Unimep?

Como uma *multiversidade*, as IFES podem, também, estar invertendo meio e fim. A melhor exemplificação desse efeito é a prestação de serviços realizada pelas instituições. “É preciso distinguir aqueles serviços que

servem à geração de conhecimentos daqueles que, embora solicitados pela sociedade, nada têm a ver com os objetivos da Universidade”, como nos adverte Rogério Cerqueira Leite.

Os docentes, pressionados a dar mais aulas e a aumentar quantitativamente a produção intelectual dessas instituições, e forçados a se envolverem com as práticas do *quase-mercado* educacional, atrás de complementação salarial e de recursos financeiros *competitivos* para manter sua condição de trabalho, viram-se imersos num ambiente de disputa e de defesa de interesses individuais.

Os valores “solidariedade, cooperação, colegialidade, tolerância, paz, justiça e outros de mesma linha”, no dizer de José Dias Sobrinho, são substituídos “por outros valores economicistas, como eficiência, produtividade, competitividade, utilidade, funcionalidade.” Estaria já se operando um *deslocamento ético* temido por Dias Sobrinho, pela lógica economicista presente nas orientações do novo liberalismo pós-crise do Estado de Bem-Estar Social europeu?

Não podemos concordar que as mudanças implantadas nas instituições de ensino superior, muitas delas relacionadas ao financiamento, sejam as únicas e as possíveis, nesse momento político e econômico mundial. A sociedade humana é muito complexa para admitir homogeneidade, linearidade e a infalibilidade de um *pensamento único*. O comando, a direção dos projetos implantados talvez devesse fazer parte, nas palavras de Paulo Nogueira Batista, de um *consenso brasileiro*, baseado em uma relação de interdependência e não de dependência com o mundo e um projeto de nação.

O processo de degenerescência a que as instituições públicas estão sujeitas poderia levá-las, no médio prazo, a se tornar instituições puramente utilitaristas, com poucos núcleos de excelência científica e intelectual que, para sobreviverem nesse patamar, teriam de angariar recursos no mercado, vinculando os seus trabalhos e projetos aos interesses dos financiadores, sejam governos ou empresas. Como conseqüência, o Brasil perderia um complexo de instituições que, além de “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deveria ter condições para “encontrar solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades”, como estabelece o PNE. ✎